

## **COMUNICADO**

Comunicamos que, desde o mês de junho do ano de 2017, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 635.648/CE, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.745/1993.

Assim, entende-se que “é compatível com a Constituição Federal a previsão legal que exija o transcurso de 24 (vinte e quatro) meses, contados do término do contrato, antes de nova admissão de professor temporário anteriormente contratado”. (Tema 403 - RE 635.648/CE)

Nesse caso, não mais é cabível impetração de mandado de segurança visando a assegurar a recontração de pessoal temporário (professor substituto, temporário e/ou visitante) antes do decurso do prazo de vinte e quatro meses contado da última contratação de mesma natureza.

Maceió/AL, 31 de maio de 2019.

Coordenação de Processos Seletivos / UFAL